



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO  
ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 50/2019

SÚMULA

Modifica a súmula e o art. 36 da Lei 2973/2014.

Art. 1º - A Súmula da Lei 2973/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e sobre o Conselho Municipal, o Fundo Municipal e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, criados pela lei municipal 710/1994”.

Art. 2º - O art. 36 da Lei 2973/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 36 - O funcionamento do Conselho Tutelar será regulamentado no respectivo regimento interno, com no mínimo 40 (quarenta) horas de atendimento público.

§1º - O regimento interno será elaborado e aprovado pelo próprio Conselho Tutelar, após apreciação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, que poderá enviar propostas de alteração.

§2º - O atendimento prestado pelo Conselho Tutelar contará com a presença de 03 (três) conselheiros no expediente em dias úteis, sendo que dentre estes é obrigatória a permanência de um conselheiro na sede.

§3º - O Conselho Tutelar atenderá as partes mantendo um registro diário das providências adotadas e fazendo constar em ata apenas o essencial.”

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Castro, em 20 de Maio de 2019.

MARIA DE FÁTIMA BARTH ANTÃO CASTRO  
Presidente



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO

### ESTADO DO PARANÁ

#### JUSTIFICATIVA

Ao projeto de Lei que modifica a súmula e o art. 36 da Lei 2973/2014.

A súmula da Lei 2973/2014, fala em criar conselho municipal, fundo e conselho tutelar dos direitos da criança e do adolescente, os quais já existem desde 1994, pela lei municipal 710/1994. Portanto é necessário corrigir a súmula da lei que atualizou as normas de funcionamento dessas instituições, para melhor compreensão do papel institucional das mesmas.

O art. 36 da Lei 2973/2014, quando trata da elaboração e aprovação do regimento interno do Conselho Tutelar, indica como competente para tal o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Neste ponto, a legislação municipal contraria a legislação federal que trata da matéria, presentemente a resolução nº 170 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que preceitua em seu art. 18 que a competência para elaboração e aprovação de regimento interno é do próprio conselho tutelar. Assim, para adequar a legislação municipal à federal, apresentamos o presente projeto.

Edifício da Câmara Municipal de Castro, em 17 de Maio de 2019.

  
MARIA DE FÁTIMA BARTH ANTÃO CASTRO  
Presidente